A IMENSA BELEZA DE NÃO SERMOS NADA

A IMENSA BELEZA DE NÃO SERMOS NADA

Sobre a terra, o tempo e a estranha importância de existir

Nuno Coelho

Lumina

A Imensa Beleza de Não Sermos Nada

Sobre a terra, o tempo e a estranha importância de existir

Nuno Coelho

ISBN 9789403964935

Capa: Nuno Coelho

© 2026 Nuno Coelho. Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida sem autorização do autor.

Chancela Lumina
Publicado por Bookmundo

Primeira edição, 2026

Índice

Abertura	Antes de nós	7
Capítulo 1	A arrogância de sermos eternos	13
Capítulo 2	O mundo não tem pressa	23
Capítulo 3	A natureza não nos deve explicações	33
Capítulo 4	O peso invisível das coisas que possuímos	43
Capítulo 5	O que fica quando tudo desaparece	57
Capítulo 6	A coragem de não chegar a lado nenhum	71
Capítulo 7	A liberdade de não pertencermos a lado nenhum	85
Capítulo 8	O silêncio das coisas que não precisam de nós	95
Capítulo 9	O futuro e a felicidade que ninguém nos prometeu	109
Capítulo 10	A crueldade de um mundo que continua	119
Capítulo 11	As vidas que nunca chegámos a viver	125
Capítulo 12	A imensa beleza de não sermos nada	129
Epílogo	Enquanto estamos aqui	135

Abertura

Antes de nós

O mundo passou milhões de anos sem saber que existíamos. Houve oceanos onde nenhuma embarcação navegou, florestas onde nunca se ouviu uma voz humana e montanhas que se ergueram lentamente, durante períodos tão vastos que a nossa imaginação mal consegue compreendê-los. Continentes separaram-se, mares desapareceram, rios abriram caminhos através da pedra. Espécies nasceram, prosperaram e extinguiram-se sem que ninguém lhes atribuísse um nome. A Terra não tinha consciência da sua beleza. Não precisava dela. O sol nascia sobre paisagens que ninguém contemplava. A chuva caía sobre territórios sem fronteiras. O vento atravessava vales onde nunca seria construída uma casa. E, quando uma montanha desabava ou um rio mudava de curso, não havia quem chamasse tragédia à transformação. Tudo acontecia sem testemunhas, sem explicações e sem a necessidade de encontrar um sentido. Depois chegámos nós. E uma das primeiras coisas que fizemos foi começar a dar nomes. Chamamos montanha a uma elevação da terra, rio à água que corre, floresta a uma extensão de árvores. Desenhámos linhas imaginárias, estabelecemos limites, distribuímos territórios e convencemo-nos de que possuir alguma coisa nos dava uma espécie de autoridade sobre a sua existência.

Uma montanha passou a pertencer a um país. Um rio tornou-se fronteira entre dois povos. Uma árvore começou a ser considerada propriedade de alguém que, provavelmente, viveria muito menos tempo do que ela. E achámos tudo isto perfeitamente natural. Um homem compra um terreno, assina uma escritura, coloca uma vedação e passa a dizer que aquela terra é sua. Pode cultivá-la, construir uma casa, plantar árvores, criar filhos e deixar a propriedade aos netos. Durante algumas décadas, talvez até durante séculos, a família terá razões legítimas para considerar aquele lugar parte da sua história. Mas a terra estava ali antes da primeira assinatura. E continuará ali depois da última. Não estou a defender o desaparecimento da propriedade, nem a sugerir que abandonemos as nossas casas e regressemos às cavernas. Gosto de uma boa cama, de água quente e de uma cozinha onde se possa preparar uma refeição sem depender da meteorologia. A civilização trouxe-nos conquistas extraordinárias. Seria absurdo negá-las. O que me intriga é outra coisa.

Em que momento começámos a confundir a possibilidade de utilizar o mundo com a ideia de que somos os seus proprietários definitivos? E, sobretudo, porque nos custa tanto aceitar que estamos apenas de passagem? A nossa relação com o tempo é curiosa. Sabemos que vamos morrer, mas organizamos a vida como se essa informação fosse um pormenor administrativo que poderemos resolver mais tarde. Adiamos conversas, guardamos objetos para ocasiões especiais, deixamos viagens para quando houver disponibilidade. Compramos coisas que mal utilizamos e passamos anos a trabalhar para adquirir outras de que, muitas vezes, nem sequer precisamos. Temos uma extraordinária capacidade de sacrificar o presente em nome de um futuro que ninguém nos garantiu. E, no entanto, basta olhar para uma casa abandonada para perceber a fragilidade das nossas certezas.

Imagino uma dessas casas antigas, construída em pedra, numa aldeia esquecida entre montanhas. As paredes continuam firmes,

embora o telhado tenha começado a ceder. Há uma porta de madeira que já não fecha bem, uma janela sem vidro e um pequeno pátio onde as ervas cresceram entre as lajes. Alguém viveu ali. Houve refeições, discussões, aniversários, noites mal dormidas. Uma criança terá aprendido a andar naquele chão. Uma mulher terá esperado o regresso de alguém. Um homem terá reparado o telhado, convencido de que estava a garantir a segurança da casa por muitos anos. Não sabemos. O que sabemos é que a casa permaneceu depois deles. E que, pouco a pouco, a natureza começou a recuperar o espaço. Primeiro surgiram pequenas plantas nas juntas das pedras. Depois a humidade entrou pelas paredes. As raízes levantaram algumas lajes, a madeira apodreceu e os animais encontraram abrigo onde antes dormiam pessoas. Não houve vingança. A natureza não estava a castigar ninguém por ter construído ali. Limitou-se a continuar.

É essa continuidade que me fascina. A vida humana tem uma necessidade quase desesperada de acontecimentos. Precisamos de princípios, desenvolvimentos e conclusões. Queremos que as histórias façam sentido, que os esforços sejam recompensados, que as injustiças encontrem reparação. A natureza não parece partilhar dessa preocupação. Uma árvore pode crescer durante duzentos anos e cair numa tempestade sem que a sua existência tenha sido um fracasso. Um rio pode alterar o curso depois de séculos a atravessar o mesmo vale. Uma montanha pode perder parte da sua encosta e continuar a ser uma montanha. Nós, pelo contrário, somos capazes de considerar uma vida desperdiçada porque não correspondeu ao plano que tínhamos feito aos vinte anos. Há qualquer coisa de profundamente injusto na maneira como nos avaliamos. Exigimos de nós uma permanência que não exigimos a mais nada. O mais difícil é aceitar que o mundo continuará sem nós. É uma ideia desconfortável porque atinge diretamente a importância que atribuímos à nossa presença. Gostamos de acreditar que somos indispensáveis. Na família, no trabalho, entre os amigos. E, durante algum tempo, podemos realmente ocupar lugares que ninguém consegue preencher da mesma maneira.

Mas indispensável não significa eterno. Um pai morre e os filhos continuam a crescer. Um trabalhador reforma-se e alguém ocupa a sua secretária. Uma casa é vendida, os móveis mudam de lugar e uma nova família começa a construir memórias onde antes existiam outras. O mundo não apaga aquilo que fomos. Mas também não fica à espera. Durante muito tempo, esta constatação pareceu-me cruel. Hoje começo a suspeitar que pode ser uma forma inesperada de liberdade. Se não somos responsáveis por manter o universo a funcionar, podemos deixar de carregar o peso absurdo de controlar tudo. Se a nossa importância não depende da capacidade de permanecer para sempre, podemos aprender a valorizar aquilo que existe enquanto existe. Uma conversa não precisa de ser recordada durante cem anos para ter valido a pena. Uma amizade não se torna insignificante porque terminou. Uma tarde tranquila, passada à sombra de uma árvore, não é tempo perdido por não ter produzido qualquer resultado mensurável. Transformámos a existência numa sucessão de objetivos, avaliações e conquistas. Medimos o sucesso pelo que acumulamos, a felicidade pelo que mostramos e, demasiadas vezes, o valor de uma pessoa pela quantidade de atenção que consegue despertar.

Entretanto, há rios a correr por lugares onde ninguém os vê. Há árvores a crescer em encostas inacessíveis. Há flores que nascem, abrem e desaparecem sem nunca terem sido admiradas. E nenhuma delas parece precisar de justificar a sua existência. Não pretendo romantizar a natureza. Uma tempestade pode destruir uma aldeia. Um deslizamento de terras pode levar consigo uma família. O mar, tão belo quando observado de uma falésia, pode tornar-se mortal em poucos minutos. A natureza não é uma mãe bondosa que nos oferece lições cuidadosamente preparadas. Também não é uma inimiga. Não possui intenções humanas. É precisamente por isso que temos tanto a aprender com ela — não porque esconda respostas destinadas a nós, mas porque nos obriga a reconhecer os limites da nossa própria importância.

Há uma diferença enorme entre não sermos o centro do mundo e não termos valor. Confundimos frequentemente as duas coisas.

Quando descobrimos a nossa pequenez, imaginamos que estamos a descobrir a nossa insignificância. Mas uma coisa não implica a outra. Uma pessoa pode ser absolutamente irrelevante para o funcionamento do universo e, ainda assim, representar um universo inteiro para outra pessoa. Uma criança não precisa de alterar o curso da História para transformar a vida dos pais. Um gesto de bondade pode desaparecer da memória coletiva e continuar a ter sido decisivo para quem o recebeu. Uma existência discreta pode conter mais humanidade do que uma vida inteira dedicada à conquista de reconhecimento. A importância não precisa de ser universal para ser verdadeira. Queremos ser grandes quando poderíamos simplesmente ser inteiros. Queremos deixar marcas quando poderíamos deixar cuidado. Queremos que o mundo se lembre de nós quando, por vezes, bastaria termos estado verdadeiramente presentes na vida de alguém. E é aqui que começa a imensa beleza de não sermos nada.

Não no desprezo pela vida humana, mas na libertação da obrigação de sermos extraordinários. Na possibilidade de existir sem conquistar. De amar sem possuir. De construir sem imaginar que alguma coisa nos pertence para sempre. De atravessar o tempo sabendo que não podemos detê-lo. A Terra continuará a girar muito depois de desaparecermos. As montanhas continuarão a transformar-se. Os rios encontrarão novos caminhos. Haverá manhãs luminosas sobre lugares que nunca conheceremos e noites de tempestade em territórios onde ninguém pronunciará o nosso nome. E isso não diminui a beleza de estarmos vivos agora. Pelo contrário. Torna-a ainda mais improvável.

Durante um breve intervalo na longa história deste planeta, temos a possibilidade de sentir o calor do sol, ouvir a chuva, conhecer outras pessoas, construir alguma coisa, cometer erros, mudar de ideias e descobrir que o mundo é infinitamente maior do que as nossas preocupações. Não é pouco. E, no entanto, passamos tantos dias a comportar-nos como se nos faltasse alguma coisa.

Capítulo

1

A arrogância de sermos eternos

O primeiro homem que decidiu construir uma casa de pedra talvez não estivesse à procura de eternidade. Provavelmente queria apenas um lugar seco para dormir, alguma proteção contra o frio e a possibilidade de acordar sem descobrir que um animal lhe tinha levado a comida. A eternidade veio depois. Chegou quando começámos a acreditar que aquilo que construíamos podia sobreviver-nos e, sobretudo, quando passámos a confundir essa sobrevivência com uma forma de continuarmos vivos. Uma casa deixou de ser apenas um abrigo. Tornou-se património, herança, testemunho de uma passagem pelo mundo. Um campo cultivado deixou de representar somente alimento. Passou a ser a prova de que alguém trabalhara aquela terra, vencera dificuldades e conquistara o direito de lhe chamar sua. Não há nada de errado nisto. Pelo contrário, devemos uma parte considerável da civilização a essa vontade de construir alguma coisa que dure mais do que nós. O problema começou quando deixámos de distinguir aquilo que permanece daquilo que verdadeiramente importa.

Conheço a história de uma família que passou três gerações a discutir por causa de uma casa. O avô construíra-a com as próprias mãos, o pai ampliara-a e os filhos herdaram-na sem conseguirem chegar a acordo sobre o que fazer com ela. Durante anos,

falaram de escrituras, avaliações, divisões e direitos. Houve advogados, cartas desagradáveis e reuniões familiares que terminaram com portas batidas. Entretanto, a casa começou a degradar-se. O telhado deixou entrar água, as janelas apodreceram e o jardim transformou-se num emaranhado de silvas. Ninguém queria gastar dinheiro numa propriedade cuja posse continuava a ser discutida. Todos afirmavam estar a defender a memória do avô. Nenhum se lembrou de abrir a porta para deixar entrar ar. É uma história imaginada, mas poderia ter acontecido em milhares de famílias. Está a acontecer neste preciso momento, numa aldeia qualquer, enquanto alguém procura uma certidão antiga para demonstrar que tem direito a mais dois metros de terreno. A ironia é evidente. O homem que construíra a casa queria oferecer segurança à família. Os descendentes transformaram-na numa razão para deixarem de se falar.

Aquilo que deveria unir tornou-se instrumento de separação. E tudo em nome da permanência. Temos uma relação estranha com as coisas que possuímos. Compramos uma mesa e, durante algum tempo, é apenas uma mesa. Serve para comer, trabalhar, conversar, pousar as compras. Depois envelhece connosco. Ganha riscos, manchas, pequenas imperfeições. Uma criança escreve nela com uma caneta que não devia ter utilizado. Alguém deixa cair um copo de vinho. Uma das pernas começa a abanar. Passados trinta anos, já não é apenas uma mesa. É a mesa onde se celebraram aniversários, onde se fizeram contas difíceis, onde alguém anunciou que ia casar, onde se recebeu a notícia de uma morte. O objeto permanece o mesmo, mas o seu significado altera-se. Não é a madeira que se tornou preciosa. É a vida que aconteceu à sua volta. Ainda assim, quando chega o momento de decidir o que guardar e o que deixar partir, comportamo-nos muitas vezes como se as memórias estivessem aprisionadas nos objetos. Temos medo de perder uma pessoa pela segunda vez ao desfazermo-nos das suas coisas.

Guardamos roupas que ninguém voltará a vestir, louças que nunca utilizaremos, móveis que já não cabem nas nossas casas.